



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**2ª e 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARNAMIRIM**  
Rua Brigadeiro Pessoa Ramos, 45 – Cohabinal - Parnamirim/RN - Tel.: (84) 3645-7510  
**5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARNAMIRIM**  
Rua Professor Clementino Câmara, nº 230, Boa Esperança  
Parnamirim/RN CEP 59.140-310 - Tel.: (84) 3644-3180

---

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA VARA DA  
INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE PARNAMIRIM**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE por seu órgão infrafirmado, no uso de suas atribuições institucionais e com base nos arts. 205, 206, incisos I, V e VII, 208, §§ 1º e 2º, todos da CF/88; Lei nº 9.394/96 e Lei nº 11.738/2008, vem à presença de Vossa Excelência propor a presente

### **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

em face de SISTEMA EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA. (Sistema Colégio e Curso), pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 08.321.849/0001-79, registrado na Junta Comercial do Estado do RN sob o nº 24200438875, com sede à Rua Francisco Ferreira Neves, 315, Monte Castelo – CEP 59150-000, Parnamirim/RN, **representada por seus sócios Daniel Américo de Carvalho**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 008.871.834-41 e portador do RG nº 001.836.787 SSP/RN; **Vanilson Araújo da Silva**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 813.529.724-68 e portador do RG nº 001.288.221 SSP/RN; **Ítalo de Brito Siqueira**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 968.684.494-53 e portador do RG nº 001.499.603 SSP/RN; e **Lígia Duarte Pinheiro**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, inscrita no CPF sob o nº 046.925.824-13 e portadora do RG nº 001.830.403 SSP/RN; pelos fatos e fundamentos a seguir descritos.

## **I – DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO**

Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente que é competente o Juízo da Infância e Juventude para julgar todas as causas relativas à Infância e Juventude, e, em especial a ação civil pública para defesa de interesses difusos e coletivos, conforme se depreende da leitura dos artigos 148 e 209.

Diz o artigo 148, IV, do ECA que a *Justiça da Infância e Juventude é competente para conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no art. 209.*"

O artigo 209, por sua vez, estabelece que *as ações previstas neste capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deve ocorrer a ação ou omissão, cujo Juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.*"

Isso posto, resta evidente a competência deste Juízo para a apreciação e julgamento da presente Ação Civil Pública.

## **II – DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

A legitimidade deste Órgão Ministerial para aforar a presente demanda judicial inicialmente deflui do comando normativo inserto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que estabelece, expressamente, ser o Ministério Público legitimado para a proposição de inquéritos civis e ações civis públicas para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Em compasso com o mencionado dispositivo constitucional, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/93), ao estabelecer as funções gerais do Ministério Público, confere-lhe, em seu artigo 25, a competência para promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.

Ainda no âmbito legal, verifica-se que o Ministério Público está legitimado a ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos coletivos ou difusos de crianças e adolescentes, conforme o ECA, em seu artigo 201, segundo o qual:

Compete ao Ministério Público: [...]

V – promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e adolescência [...]

VIII- zelar pelo efetivo respeito ao direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Noutro quadrante, a Lei Complementar Estadual nº 141/96 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte), em obséquio ao comando constitucional já comentado e à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, por sua vez, também legitima o *Parquet*, em seu artigo 55, III, *in verbis*:

**Art. 55** São atribuições do Promotor de Justiça, em matéria da Infância e da Juventude:

[...] III - promover:

b) o inquérito civil e a **ação civil pública para proteção dos interesses individuais, difusos e coletivos à infância e à adolescência**, inclusive os definidos no art. 220, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Federal.

(Grifos acrescidos)

Assim, de conformidade com as considerações acima tecidas, devidamente estabelecida está a legitimidade *ad causam* do *Parquet* para promoção da presente medida judicial, visando à proteção do direito difuso da crianças do Município de Parnamirim ao acesso integral à educação infantil.

### III – DOS FATOS

O inquérito civil nº 04/2013 foi instaurado em 19 de março de 2013, através ds Portaria de conversão nº 04/2013, com o escopo de apurar a existência de autorização de funcionamento do estabelecimento de ensino Sistema Colégio e Curso.

Através do ofício nº 353/2012, de 20 de julho de 2012 (fl. 05 do IC nº 04/2013, em anexo), a 5ª Promotoria de Justiça de Parnamirim encaminhou a documentação de fls. 06/27, referente às investigações preliminares do estabelecimento de ensino Sistema Colégio e Curso, contendo os documentos pessoais do sócio e diretor Daniel Américo de Carvalho, bem como, o contrato social.

Em 18 de setembro de 2012, a Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar – SOINSPE, através do ofício nº 082/2012 (fl. 36), informou que o estabelecimento Sistema Colégio e Curso apresentava pendências que deveriam ser sanadas no prazo de 60 (sessenta dias), devendo a escola providenciar a correção do CNPJ, a Certidão negativa da Fazenda Pública Federal e o Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (Habite-se).

Como não houve a comprovação pelo estabelecimento de ensino de que teriam sido realizadas as providências exigidas pela Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar – SOINSPE, foi designada audiência nesta Promotoria de Justiça, realizada no dia 13 de novembro de 2012 (termo de fls. 44/45)

Na ocasião, o diretor da escola informou não possuir toda documentação para regularizar a situação cadastral da escola perante a Secretaria Estadual de Educação, mas que estaria providenciando os documentos necessários. Informou ainda que a única pendência era o “Habite-se” do Corpo de Bombeiros, o qual dependeria de reformas exigidas pelo órgão, para apresentação de projeto de proteção contra incêndio e de projeto arquitetônico.

Por fim, o sócio comprometeu-se a entrar em contato com um engenheiro que realizaria o projeto e informar esta Promotoria de Justiça sobre o andamento dos projetos, no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo sem que houvesse resposta por parte do sócio diretor do estabelecimento de ensino, este órgão ministerial expediu a Recomendação nº 02/2013, em 20 de março de 2013, para que o senhor Daniel Américo de Carvalho, diretor da Escola Sistema Colégio e Curso, no prazo de 60 (sessenta) dias, exibisse nesta Promotoria de Justiça a Autorização de Funcionamento emitida pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, adotando as diligências necessárias para tanto.

Até o presente momento não houve a regularização da situação da escola perante a Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Além disso, conforme informa a Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar – SOINSPE (através do ofício nº 027/2013, de 18 de abril de 2013 – fl. 81), o referido estabelecimento não está autorizado a emitir Históricos e Certificados de conclusão do Ensino Fundamental e Médio, tendo a homologação dos documentos sido suspensa em razão dos atos autorizativos se encontrarem expirados.

Consoante se observa, a Escola Sistema Colégio e Curso não possui autorização de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, uma vez que não

apresentou o “Habite-se” emitido pelo Corpo de Bombeiros.

Não obstante as diversas tentativas de solução do problema no âmbito administrativo, o diretor não obteve êxito na conclusão do processo de autorização de seu estabelecimento, ocasionando prejuízos aos alunos, os quais restarão impedidos, inclusive, de obter Históricos e Certificados de conclusão do curso.

#### **IV - DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO – NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO**

A Constituição Federal consagra a educação como direito social fundamental, dispondo em seu artigo 205 que *a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Segundo o art. 206 da Constituição Federal, o ensino será ministrado com base nos **princípios da liberdade de aprender, ensinar**, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e **coexistência de instituições públicas e privadas de ensino**; e ainda, da **garantia de padrão de qualidade do ensino**.

O artigo 209 da Carta Magna, por sua vez, determina que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

A Constituição Federal fez da Educação o primeiro e mais importante dos direitos sociais, como um valor de cidadania e dignidade da pessoa humana, essenciais ao Estado Democrático de Direito e condição para a realização dos ideais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária, nacionalmente desenvolvida, com a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais e livre de quaisquer formas de discriminação (art. 3.º).

Reconhecido o direito à educação como um direito fundamental e definido em norma constitucional, devem as Instituições privadas de ensino observar as normas constitucionais e infraconstitucionais, **incumbindo ao Poder Judiciário privilegiar e garantir por todas as formas e sobre qualquer outro o seu exercício quando regular.**

A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) determina em seu art. 53 que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua

pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; e em seu art. 70, que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, sendo que a inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica (art. 73);

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em regra idêntica a estabelecida no art. 209 da Constituição Federal, estabelece em seu artigo 7º, incisos I e II que o **ensino é livre à iniciativa privada, desde que cumpridas as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino e com a autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.**

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino (art. 8º), sendo que **os Estados incumbir-se-ão de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino** (art.10, IV), e os Municípios serão responsáveis por autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino (art. 11, IV).

Nesse contexto, os artigos 17 e 18 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que:

**Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:**

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

**III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;**

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

**Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:**

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

### III – os órgãos municipais de educação.

(Grifos acrescidos)

De acordo com a legislação pertinente, os Sistemas de Ensino do Estado e do Município são responsáveis pela autorização de funcionamento e fiscalização das escolas de suas respectivas Redes de Ensino, englobando tanto as instituições públicas quanto as privadas.

Já as escolas de ensino infantil, nos Municípios que possuem sistema próprio de ensino serão autorizadas a funcionar e fiscalizadas, pelo próprio Município e as escolas de ensino infantil que também oferecem o ensino fundamental e médio estão sujeitas à autorização e fiscalização do Estado.

O ente que possui a competência para autorizar o funcionamento e fiscalizar também possui a mesma competência para decretar o fechamento dos estabelecimentos em desacordo ou/e desobediência às normas do sistema.

No Estado do Rio Grande do Norte o Sistema Estadual de Ensino regulamenta as questões de credenciamento das instituições, autorização de funcionamento e reconhecimento das ofertas educacionais por meio de **Resolução aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do sistema, sendo a de nº 02/08 – CEE/RN (em anexo)**, a mais atualizada sobre a matéria.

Na referida resolução estão contidas as definições, conceitos, regras, critérios e normas para que uma instituição possa ser credenciada, autorizada e reconhecida, passando em seguida a ser fiscalizada pelo órgão de controle da referida rede de ensino Estadual.

A Resolução nº 02/2008 – CEE/RN estabelece em seus arts. 2º e 3º que:

**Art. 2º O sistema Estadual de Ensino compreende:**

[...] II – as **instituições de educação básica** e de educação profissional, **criadas e mantidas pela iniciativa privada;**

[...] Parágrafo único. Excluem-se da jurisdição do Sistema Estadual de Ensino as instituições criadas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as instituições que ofereçam unicamente a educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, quando o Município possuir sistema próprio de ensino.

**Art. 3º. A educação básica compreende:**

I – **a educação infantil** oferecida em creches para crianças de até 03 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 04 e 05 anos de idade;

II – **o ensino fundamental**, com duração mínima de 09 anos, obrigatório e gratuito na escola pública, com ingresso aos 06 anos de idade;

III – **o ensino médio**, com duração mínima de 03 anos.

(Grifos acrescidos)

Em relação à verificação das condições exigidas para a concessão de credenciamento, autorização e de reconhecimento de que trata a referida Resolução, ressalta-se que somente poderá ser atribuída à órgão técnico do Sistema Estadual de Ensino, que no caso do Estado do Rio Grande do Norte, é a Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar – SOINSPE, órgão integrante da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Ademais, o ato de autorização é de competência exclusiva do Secretário Estadual de Educação, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

A autorização de funcionamento é o ato pelo qual se autoriza a oferta de uma ou mais etapas e modalidades de educação básica, atendidas as disposições legais pertinentes, sendo o processo para sua obtenção iniciado com a formalização do pedido de verificação das instalações físicas, organização administrativa, técnico-pedagógicas e recursos materiais, que deverão ser adequados ao ensino a ser oferecido.

Nos termos do art. 20 da Resolução nº 02/2008 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, **não serão válidos os atos escolares que a instituição básica ou de educação profissional praticar antes de concedida e publicada a autorização para seu funcionamento**, sendo de exclusiva responsabilidade da entidade mantenedora e dos gestores da instituição os danos causados aos seus alunos, resultantes dessa irregularidade.

Assim, ao funcionar sem autorização a escola-ré fere os princípios constitucionais e legais que regulam a organização da educação nacional e estadual, subtraindo-se da supervisão e fiscalização do órgão competente, qual seja, a Secretaria de Estado e da Cultura.

Em razão disso, não tem como garantir a qualidade de atendimento essencial a esse tipo de serviço público, pois atuando às margens da lei e da supervisão do Poder Público, constitui permanente ameaça ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social das crianças e adolescentes que a frequentam.

Diante de tais, fatos, não resta outra alternativa senão o fechamento do



estabelecimento de ensino Sistema Colégio e Curso, como forma de garantir o cumprimento da legislação que ordena o sistema estadual de ensino, bem como, a qualidade do ensino oferecido, e ainda, a integridade física dos alunos da escola, uma vez que a mesma não conseguiu autorização em virtude da ausência do “Habite-se” emitido pelo Corpo de Bombeiros.

## **V – DA RELAÇÃO DE CONSUMO E DA MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

A Constituição Federal estabeleceu em seu art. Inciso XXXII que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Nesse contexto, foi editada Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), estabelecendo normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, assim entendidas como de caráter cogente, isto é, de observância obrigatória e não derogáveis pela vontade das partes, salvo nas hipóteses prévia e expressamente por ele permitidas.

Assim, a defesa do consumidor se apresenta como direito e como garantia fundamental, estando relacionada, ainda, ao princípio da dignidade da pessoa humana. Dessa forma, o Direito do Consumidor confunde-se, em sentido amplo, com a própria ideia de direitos humanos, sendo considerado, por parte da doutrina, como direitos de segunda geração, cujo princípio fundamental é a busca pela igualdade material, com o reconhecimento e a efetivação prática dos direitos no plano dos fatos.

Com o advento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, ficou clara e patente a disposição do Estado brasileiro em reconhecer e dar guarida, no plano normativo e na prática cotidiana, às regras de conduta com vistas à tutela do *hipossuficiente* e *vulnerável*, participante da relação de consumo.

Nessa conjuntura, o Ministério Público, no cumprimento de seu mister institucional, deve atentar para os aspectos econômicos e sociais do Direito do Consumidor, utilizando-se, para tanto, dos instrumentos colocados à sua disposição.

Segundo a doutrina, o conceito de consumidor, tal como exposto no CDC, decorre da leitura do seu artigo 2º, segundo o qual, o consumidor é o próprio participante do negócio jurídico de consumo entabulado com o fornecedor. É, pois, denominado consumidor real, visto que diretamente adquire ou utiliza o bem (produto ou serviço) como destinatário final – trata-se, desse modo, da figura do consumidor, por excelência.

Já o fornecedor tem seu conceito legal definido no art. 3º do CDC. Trata-se, pois, de

pessoa física ou jurídica que, com habitualidade, desenvolve as atividades “*de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços*”.

A relação de consumo é um espécie de negócio jurídico cuja nota diferenciadora consiste na qualidade dos sujeitos participantes – de um lado, o consumidor e, de outro, o fornecedor – bem como na dos objetos envolvidos – produto e/ou serviço –, além de um elemento teleológico, finalístico – utilização do objeto na condição de seu destinatário final.

Nesse contexto, conclui-se que a relação estabelecida entre a instituição de ensino e seu corpo discente é de natureza consumerista, aplicando-se, pois, as normas protetivas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC apresenta em seu art. 6º os direitos básicos dos consumidores, dentre eles, *in verbis*:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*[...]*

III - a **informação adequada e clara** sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, **qualidade**, tributos incidentes e preço, bem como sobre os **riscos que apresentem**; ([Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012](#));

(Grifos acrescentados)

O art. 6º, III, do CDC **institui o dever de informação e consagra o princípio da transparência, que alcança o negócio em sua essência, porquanto a informação repassada ao consumidor integra o próprio conteúdo do contrato.** Trata-se de dever intrínseco ao negócio e que deve estar presente não apenas na formação do contrato, mas também **durante toda a sua execução.**

O direito à informação **visa a assegurar ao consumidor uma escolha consciente**, permitindo que suas expectativas em relação ao produto ou serviço sejam de fato atingidas, manifestando o que vem sendo denominado de consentimento informado ou vontade qualificada.

Trata-se, enfim, do dever de informar bem o público consumidor de todas as características do serviço prestado e o que se pode dele legitimamente esperar.

No presente caso, a instituição de ensino não possui autorização de funcionamento

expedida pelo órgão competente, o que pode comprometer a qualidade do serviço prestado aos alunos, diante da ausência de fiscalização, bem como, acarretar prejuízos de ordem moral e material, decorrente da impossibilidade de expedição de certificados de conclusão de curso.

Os alunos matriculados no referido estabelecimento não foram informados da ausência de autorização da Escola, e nem tampouco, que desse fato decorrerá a impossibilidade de receberem os seus Históricos e Certificados de conclusão do Ensino Fundamental e Médio ao final do curso.

A ausência de informações clara configura, inclusive, a má-fé dos sócios administradores da sociedade empresarial, que no intuito de obterem maior lucratividade, e não auferirem os prejuízos decorrente da divulgação da informação de que não possuem autorização de funcionamento, optaram por omitir tal fato, nesse sentido:

PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. PORTARIAS, REGULAMENTOS E DECRETOS. CONTROLE. NÃO CABIMENTO. CURSO SUPERIOR NÃO. RECONHECIDO PELO MEC. **CIRCUNSTÂNCIA NÃO INFORMADA AOS ALUNOS.** IMPOSSIBILIDADE DE EXERCER A PROFISSÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. DANO MORAL. VALOR. REVISÃO PELO STJ. MONTANTE EXORBITANTE OU IRRISÓRIO. CABIMENTO.

1. O recurso especial não é via adequada para se promover o controle de decretos, portarias ou regulamentos, na medida em que essas normas não estão compreendidas no conceito de lei federal. Precedentes.

**2. A instituição de ensino que oferece curso de bacharelado em Direito sem salientar a inexistência de chancela do MEC, resultando na impossibilidade de aluno, aprovado no exame da OAB, obter inscrição definitiva de advogado, responde objetivamente, nos termos do art. 14 do CDC, pelo descumprimento do dever de informar, por ocultar circunstância que seria fundamental para a decisão de se matricular ou não no curso.**

**3. O art. 6º, III, do CDC institui o dever de informação e consagra o princípio da transparência, que alcança o negócio em sua essência, porquanto a informação repassada ao consumidor integra o próprio conteúdo do contrato. Trata-se de dever intrínseco ao negócio e que deve estar presente não apenas na formação do contrato, mas também durante toda a sua execução.**

**4. O direito à informação visa a assegurar ao consumidor uma escolha**

**consciente, permitindo que suas expectativas em relação ao produto ou serviço sejam de fato atingidas, manifestando o que vem sendo denominado de consentimento informado ou vontade qualificada.**

5. Não exclui a responsabilidade da instituição de ensino perante o aluno a possível discussão frente ao Conselho Profissional a respeito da exigibilidade, ou não, por este, da comprovação do reconhecimento do curso pelo MEC, reservando-se a matéria para eventual direito de regresso.

6. A melhor exegese do art. 8º, II, da Lei nº 8.906/94, sugere que se considere como instituição de ensino "oficialmente autorizada e credenciada", aquela cujo curso de bacharelado em Direito conte com a chancela do MEC.

7. O montante arbitrado a título de danos morais somente comporta revisão pelo STJ nas hipóteses em que for claramente irrisório ou exorbitante. Precedentes.

8. Recurso especial não provido.

(REsp 1121275/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 17/04/2012)

(Grifos acrescidos)

Ressalte-se que a ausência de informações sobre a falta de autorização de funcionamento, e da consequente impossibilidade de fornecimento dos Históricos e Certificados de conclusão do Ensino Fundamental e Médio ao final do curso, configura dano moral indenizável, conforme já tem decidido o Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. CURSO SUPERIOR NÃO RECONHECIDO PELO MEC. CIRCUNSTÂNCIA PREVIAMENTE INFORMADA AOS ALUNOS. POSSIBILIDADE DE EXERCER A PROFISSÃO COM REGISTRO PROVISÓRIO DO ALUNO NO CONSELHO PROFISSIONAL REGIONAL. DANO MORAL. AUSÊNCIA.

1. A ausência de decisão sobre os dispositivos legais supostamente violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 211/STJ.

**2. Essa Corte reconhece a responsabilidade objetiva da instituição de ensino e o direito à compensação por danos morais a aluno de curso não reconhecido**

**pelo Ministério da Educação quando violado o dever de informação ao consumidor.**

3. Na hipótese, a situação do curso era conhecida pelos alunos e as providências quanto ao seu reconhecimento oficial, após a conclusão da primeira turma, foram tomadas pela instituição.

4. A demora no reconhecimento do curso pelo MEC, não impediu que a recorrente fosse contratada por duas empresas do ramo farmacêutico, ou seja, não impediu que ela exercesse sua atividade profissional.

5. Como já eram previsíveis os aborrecimentos e dissabores por quais passou até o reconhecimento oficial do curso pelo MEC porque a recorrente foi informada da situação pela instituição de ensino, não ficou demonstrada a ocorrência do dano moral passível de compensação.

6. Negado provimento ao recurso especial.

(REsp 1230135/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 11/12/2012)

(Grifos acrescidos)

Além disso, determina o art. 8º do Código de Defesa do Consumidor que os produtos e **serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores**, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, **obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.**

*In casu*, verifica-se que a instituição de ensino não obteve a autorização de funcionamento em razão de não possuir o “Habite-se” emitido pelo Corpo de Bombeiros, uma vez que não efetuou as reformas exigidas pelo órgão, **para apresentação de projeto de proteção contra incêndio** e de projeto arquitetônico.

A instituição de ensino, que atende crianças e adolescentes, não possui sequer um Projeto de Proteção contra Incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros, o que por, si só, já demonstra o risco imposto aos seus alunos e a necessidade de adoção urgente das medidas judiciais cabíveis.

## VI – DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Concretizada como forma de suprir as mazelas que o tempo do processo causa à parte que tem razão, almejando dividir razoavelmente o tempo de duração do processo, a tutela antecipada busca adiantar os efeitos práticos do futuro provimento final da procedência da demanda.

Neste sentido, inclusive, é o ensinamento de Luiz Guilherme Marinoni<sup>1</sup>, *in verbis*:

[...] é correto dizer que a tutela antecipatória visa apenas a distribuir o ônus do tempo do processo. É preciso que os operadores do direito compreendam a importância do novo instituto e o usem de forma adequada. Não há motivos para timidez no seu uso, pois o remédio surgiu para eliminar um mal que já está instalado, uma vez que o tempo do processo sempre prejudicou o autor que tem razão [...]

Como se vê, a tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito é uma providência que tem natureza mandamental, com o escopo de entregar ao autor da demanda, de forma total ou parcial, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. É espécie de tutela satisfativa no plano fático, conferindo ao requerente o bem da vida buscado na ação de conhecimento.

Nesse sentido, estabelece o Código de Processo Civil, em seu art. 273, *caput* e inciso I, os requisitos da concessão da medida, quais sejam, o receio de dano irreparável ou de difícil reparação e a existência de prova inequívoca que demonstre a verossimilhança das alegações do autor, *in verbis*:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; [...]

Embora a expressão “poderá” possa suscitar dúvidas quanto à possível discricionariedade do magistrado na concessão da tutela antecipatória, constitui-se, em verdade, uma obrigação, sendo dever do juiz concedê-la, desde que presentes os requisitos autorizadores.

---

<sup>1</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento, 2.º, Ed. Revista do Tribunais, p. 229

Em relação à prova inequívoca, ressalte-se que a norma prevê apenas uma cognição sumária, de modo que o juízo de probabilidade deve ser exigido em grau compatível com os direitos que estão em jogo.

**No presente caso, o que está em jogo são os direitos fundamentais à educação e à integridade física das 333 (trezentas e trinta e três) crianças e adolescentes matriculadas na Instituição de ensino ora requerida.**

Como já foi dito, a instituição de ensino não obteve a autorização de funcionamento em razão de não possuir o “Habite-se” emitido pelo Corpo de Bombeiros, uma vez que não efetuou as reformas exigidas pelo órgão, **para apresentação de projeto de proteção contra incêndio** e de projeto arquitetônico. Ou seja, uma escola que atende dezenas de crianças e adolescentes, não possui sequer um Projeto de Proteção contra Incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros, fato este suficiente para comprovar o risco imposto aos seus alunos e a necessidade de adoção urgente das medidas judiciais cabíveis, no sentido de suspensão de suas atividades até que sejam sanadas as irregularidades e obtida a autorização necessária ao seu regular funcionamento.

Além do risco à integridade física dos alunos, a instituição está colocando em risco a garantia de qualidade do ensino oferecido, bem como, gerando o risco de que percam o ano letivo, em virtude da impossibilidade de obterem o Histórico ou Certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

É certo que a paralisação das atividades no meio do ano letivo poderá acarretar prejuízos ainda maiores aos alunos matriculados na escola, uma vez que poderão não lograr êxito na busca de vagas para transferências para outras instituições, perdendo, assim, todo o ano letivo já cursado.

Nesse contexto, em relação aos alunos que estão cursando o ano final do ensino médio, e que estão perto de prestar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, poderão obter o certificado de conclusão do Ensino Médio através da realização da prova.

A Portaria nº 144/2012/MEC, que dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, estabelece em seu art. 1º que ***a certificação de conclusão do ensino médio e a declaração parcial de proficiência com base no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) destinam-se aos maiores de 18 (dezoito) anos que não concluíram o ensino médio em idade apropriada, inclusive às pessoas privadas de liberdade.***

Ademais, determina que:

**Art. 2º O participante do ENEM interessado em obter certificação de conclusão do ensino médio deverá possuir 18 (dezoito)anos completos até a data de realização da primeira prova do ENEM e atender aos seguintes requisitos:**

I - atingir o mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos em cada uma das áreas de conhecimento do exame;

II - atingir o mínimo de 500 (quinhentos) pontos na redação

[...]

**Art. 5º Compete às Secretarias de Educação dos Estados e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia emitir os certificados de conclusão e/ou declaração parcial de proficiência, quando solicitado pelo participante interessado, conforme estabelecido no termo de adesão ao processo de certificação pelo ENEM.**

Parágrafo único: As Secretarias de Educação dos Estados e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia poderão definir os procedimentos complementares para certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base nas notas do ENEM.

(Grifos acrescidos)

Dessa forma, verifica-se a possibilidade dos alunos concluintes do ensino médio obterem o seu certificado de conclusão através da realização do Exame Nacional do Ensino Médio, desde que atendidos os requisitos mínimos de aproveitamento, conforme determinado na Portaria acima referida.

Assim sendo, diante da gravidade da situação constatada, resta demonstrada a urgência que a situação requer, bem como, a documentação acostada à exordial se apresenta como hábil, ao menos em juízo de cognição sumária, a autorizar a concessão da medida. Nesse sentido, requer a concessão da tutela antecipada para fins de determinar:

(i) a suspensão das atividades da empresa SISTEMA EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA. (Sistema Colégio e Curso), **a partir do final do ano letivo de 2013**, e até que obtenha autorização de funcionamento na Secretaria de Estado e da Cultura, observadas as normas da Resolução nº 02/2008 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, sob pena de imposição de multa no valor de no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para



cada dia de descumprimento;

(ii) a fixação da obrigação da empresa SISTEMA EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA (Sistema Colégio e Curso) providenciar a notificação individual dos alunos e de seus pais ou responsáveis de que as atividades serão suspensas ao final do ano letivo, em razão da ausência de autorização para funcionamento da escola, bem como, de providenciar a divulgação, no interior da instituição, através de avisos e/ou comunicados, e ao público em geral, através de publicação em jornal de grande circulação de aviso sobre a suspensão das atividades da empresa, em virtude de decisão judicial, devido à falta de autorização para funcionamento emitida pela Secretaria Estadual de Educação;

(iii) a comunicação da decisão judicial que conceder a tutela antecipada à Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar – SOINSPE, para fins de adoção das medidas cabíveis.

## **VII - DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, requer o Ministério Público:

a) antecipadamente, a concessão da tutela antecipada, nos termos requeridos pelo *Parquet*;

b) a citação da empresa ré para, querendo, contestar a inicial, sob pena de revelia e confissão;

c) no mérito, a confirmação da tutela antecipada requerida, com a (i) a condenação da empresa SISTEMA EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA (Sistema Colégio e Curso) ao cumprimento da obrigação de não-fazer consistente em não prestar atendimento escolar às crianças e adolescentes, a partir do final do ano letivo de 2013, e até que obtenha autorização de funcionamento na Secretaria de Estado e da Cultura, observadas as normas da Resolução nº 02/2008 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte; e (ii) a fixação da obrigação da empresa providenciar a notificação individual dos alunos e de seus pais ou responsáveis de que as atividades serão suspensas ao final do ano letivo, em razão da ausência de autorização para funcionamento da escola, bem como, de providenciar a divulgação, no interior da instituição, através de avisos e/ou comunicados, e ao público em geral, através de publicação em jornal de grande circulação de aviso sobre a suspensão das atividades da empresa, em virtude de decisão judicial, devido à falta de autorização para funcionamento emitida pela Secretaria Estadual de Educação;

d) a imposição de multa diária pelo descumprimento da decisão judicial, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que após o efetivo pagamento, deverá ser revertida ao fundo gerido pelo Conselho

dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado;

e) a condenação da ré ao pagamento das custas processuais.

Protesta por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial juntadas de novos documentos, oitiva de testemunhas e perícia.

Parnamirim, 09 de julho de 2013.

**Tatiana Kalina Macêdo Chaves**  
2ª Promotora de Justiça em Substituição Legal

**Luciana Maria Maciel Cavalcanti Ferreira de Melo**  
4ª Promotora de Justiça

**Luciana Andrade D'Assunção**  
5ª Promotora de Justiça